

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM EDUARDA ESPOSITO)
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Não faltou dinheiro

À primeira vista, a falta de recursos não pode ser justificativa para a impressionante ausência de fiscalização das condições da ponte JK, entre Tocantins e Maranhão. Em agosto, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) comemorou a execução do trabalho este ano sem nenhum corte orçamentário. A constatação ocorreu durante o 2º Fórum de Planejamento Rodoviário, encontro semestral que analisa os resultados e as prioridades da autarquia.

"Semanas produtivas"

À época, o diretor de Infraestrutura Rodoviária, Fábio Nunes, mostrou-se satisfeito com a troca de informações. "São duas semanas muito produtivas, tanto para ouvirmos as necessidades que vêm dos estados, quanto para projetarmos com cada superintendente aquilo que será priorizado para entregarmos um bom resultado no fim de 2024", disse. Algo de muito grave deixou de ser feito no tal fórum.

É obrigação

A queda da ponte que liga o Maranhão ao Tocantins trouxe o PL 6.014/13, de autoria do então senador Marcelo Crivella, à tona. O projeto determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação. Para o presidente do Conselho Federal dos Engenheiros e Arquitetos (Confea), Vinícius Marchese, é uma lei essencial já que de forma "natural" não funciona. "As inspeções têm que ser obrigatórias, já que não vai haver de forma natural. Há uma necessidade de haver prevenção para evitar o reinvestimento nessas obras", declarou à coluna.

Nem tão unidos

O União Brasil só definirá a liderança do partido em janeiro. Diferentemente do que muitos pensavam, a legenda encerrará 2024 com três candidatos, e não apenas um. Os deputados Mendonça Filho (PE), Damião Feliciano (PB) e Pedro Lucas (MA) seguem na disputa por apoiadores. "Tranquilo não foi, mas como querem consenso, adiaram a votação. O partido quer um nome", afirmou um deputado integrante do partido.

Efeitos duradouros de uma ponte em ruínas

Os efeitos do colapso da ponte Juscelino Kubitschek só aumentam. Passados dois dias do desabamento, equipes de busca procuram ao menos 15 desaparecidos. Em incidentes dessa natureza, diminuem as chances de se encontrar alguém com vida à medida que o tempo passa. Há um complicador nesse esforço de resgate: a contaminação das águas do rio Tocantins por substâncias tóxicas, transportadas pelos caminhões que trafegavam na ponte JK quando ela caiu. À parte a perda irreparável das vidas, é certo que os danos provocados pelo desabamento se estenderão por muito tempo. Será preciso investigar o impacto

ambiental do ácido sulfúrico e dos pesticidas espalhados pelo rio atingido. Na segunda-feira, autoridades dos dois estados limítrofes alertaram a população de 19 municípios dos dois estados para evitar o consumo de água e o banho no rio Tocantins.

Há ainda os prejuízos econômicos. A ponte JK integrava uma importante rota para a produção agrícola da região, particularmente o transporte de soja. Produtores estimam alta de custo logístico, com possível impacto para o consumidor. São as primeiras consequências de um longo caso de negligência com o dinheiro público e com a segurança da população.



Mais divergências

Outra definição logo no começo do ano legislativo será a da presidência da bancada evangélica. A votação deve ocorrer em 26 de fevereiro, logo antes do carnaval. A eleição vem em um momento em que a bancada está dividida, por questões políticas e ideológicas.

Paes e Joca

A pouco dias de assumir o quarto mandato, o prefeito eleito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), está surfando no sucesso do lobo-marinho que resolveu passar uma temporada nas praias do estado. No domingo, ao saber que o visitante ilustre, batizado de Joca, estava em Niterói, Paes escreveu em uma rede social: "Se não for a Maricá não vale! Só indo lá é que a gente conhece o Rio de verdade? Vai lá, Joca".

Maricá forever

Pois não é que Joca seguiu o conselho? Horas depois de passar por Niterói, o mascote do verão carioca deu uma pinta na cidade a aproximadamente 150km da capital fluminense. Desde 2016, quando vazou um áudio no qual desqualificava Maricá, Paes faz questão de tecer elogios ao município. Em 2022, recebeu o título de cidadão honorário. Talvez essas reviravoltas da política fluminense tenham atraído o interesse de Joca.

Só se for no Natal

A mensagem de Natal do presidente Lula pode ser conveniente para a época, mas não condiz com o restante do ano, particularmente com o Distrito Federal nas últimas semanas. A investida contra o Fundo Constitucional do DF, lançada pelo ministro Haddad e com apoio do Planalto, contradiz as declarações do presidente. "A base de tudo o que fazemos é o diálogo e o trabalho conjunto do governo federal com a sociedade, os governos estaduais e as prefeituras", disse Lula.

Pote de mágoa

Há poucos dias, o governador do Distrito Federal deu um tom diferente. "Vamos ver se o governo Lula para de me incomodar", reclamou Ibaneis Rocha (MDB), após a Câmara dos Deputados excluir a proposta de tesourada no FCDF. Em entrevista ao *CB.Poder*, semanas antes, Ibaneis revelou: "Vou ser muito sincero. O meu diálogo com o governo federal não é bom. Porque eu tenho sido muito, digamos assim, maltratado pelo governo federal, principalmente — e aí eu falo de forma muito clara —, pelo presidente Lula e alguns assessores que estão ali".

JUSTIÇA

Daniel Silveira é preso no Rio

Defesa do ex-deputado alega que ele descumpriu o horário de recolhimento domiciliar noturno por precisar de atendimento médico

» RENATO SOUZA

O ex-deputado Daniel Silveira, que foi preso novamente na manhã de ontem, no Rio Janeiro, chegou em casa de madrugada no primeiro dia após sair da cadeia. De acordo com decisão assinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), Silveira chegou em casa às 2h10. Na decisão anterior, que autorizou a soltura, o magistrado determinou que o apenado retornasse para casa no período noturno.

"Ocorre, entretanto, que — logo em seu primeiro dia de livramento condicional — o sentenciado desrespeitou as condições impostas, pois — conforme informação prestada pela SEAP/RJ (Secretaria de Administração Penitenciária) —, no dia 22 de dezembro, somente retornou à sua residência às 2h10 horas da madrugada, ou seja, mais de quatro horas do horário limite fixado nas condições judiciais", escreve Moraes em um trecho da decisão.

A detenção foi efetuada nas primeiras horas do dia pela Polícia Federal. Silveira tinha sido solto na semana passada. Ele foi preso pela primeira vez em 2022, em

flagrante, após fazer uma transmissão ao vivo pela internet em que atacava ministros da Suprema Corte, pregava a invasão do Tribunal e violência contra os magistrados. O ex-parlamentar foi condenado a oito anos e nove meses de prisão pelos crimes de ameaça ao Estado Democrático de Direito e coação no curso do processo. Desde outubro, cumpria pena em regime semiaberto. Porém, foi liberado após cumprir mil dias de pena e apresentar bom comportamento.

Moraes afirma que a defesa de Silveira juntou documento alegando que ele chegou tarde em casa por estar em atendimento médico. "Estranhamente, na data de hoje, a defesa juntou petição (eDoc. 412) informando que o sentenciado — sem qualquer autorização judicial — teria estado em um hospital, no dia 21/12, das 22h59 às 0h34 do dia 22/12. Patente a tentativa de justificar o injustificável, ou seja, o flagrante desrespeito às condições judiciais impostas", completa o magistrado. O ministro destaca que não houve autorização judicial para ida ao hospital sem que exista situação de urgência. "Não bastasse isso, a liberação do hospital — se é que realmente existiu a

Evaristo Sa/AFP



Silveira cumpria pena em regime semiaberto, mas foi liberado na semana passada por bom comportamento

estadia — ocorreu às 0h34 do dia 22/12, sendo que a violação do horário estendeu-se até as 2h10", completa o despacho.

Moraes determina ainda que a PF colha o depoimento dos médicos para saber se o parlamentar de fato esteve no centro médico e investigue a situação. Além de ser

proibido de ficar na rua durante a noite, Silveira também estava impedido de manter contato com outros investigados. Outras medidas cautelares foram impostas, como uso de tornozeleira eletrônica, proibição de usar as redes sociais, portar arma de fogo ou de deixar o país sem autorização.

Além disso, Moraes tinha dado 15 dias para que Silveira comprovasse estar trabalhando, além de ter que se apresentar periodicamente ao Poder Judiciário. Na primeira detenção, a prisão precisou ser confirmada pela Câmara dos Deputados, em razão do cargo que ele ocupava. A decisão

» MP denuncia 16 por formação de milícia

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), denunciou à Justiça 16 pessoas, incluindo policiais militares, pela formação de milícia privada, extorsão e lavagem de dinheiro. Nove denunciados já cumprem prisão preventiva. De acordo com o MP, a denúncia se dá na esteira da Operação Aurora, deflagrada em conjunto com a Corregedoria da Polícia Militar e a Corregedoria da Polícia Civil, que tem o intuito de desarticular um esquema de venda irregular de pontos comerciais para autônomos no Brás, na região central da cidade.

do ministro foi mantida pelo plenário da Câmara. No entanto, agora, como Silveira não ocupa mais cargo público, não existe nenhuma prerrogativa. O ex-parlamentar será alocado no Complexo Penitenciário de Bangu 1, de acordo com o despacho expedido pelo magistrado.

OBITUÁRIO

Morre Alceu Collares, aos 97, único governador negro do RS

» VITÓRIA TORRES*

O ex-governador do Rio Grande do Sul Alceu Collares morreu na madrugada de ontem, véspera de Natal, aos 97 anos, em decorrência do agravamento de uma pneumonia.

Ele foi um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT) ao lado de Leonel Brizola.

Collares marcou a história do estado ao se tornar o primeiro e único homem negro a ocupar o cargo de governador, entre 1991 e 1995. Além

disso, foi prefeito de Porto Alegre, deputado federal — durante a ditadura e após redemocratização —, e vereador na capital gaúcha.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou pesar por meio das redes sociais. "Nos despedimos nesta madrugada de Alceu Collares, um dos grandes políticos brasileiros. Gaúcho de Bagé, foi o único governador negro do Rio Grande do Sul e um dos fundadores do PDT

ao lado de Leonel Brizola. Sempre defendendo os trabalhadores e as causas trabalhistas do país, deixa um grande legado para o Brasil. Meus sentimentos aos familiares e admiradores deste grande brasileiro", declarou o petista.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), também expressou sua tristeza pela perda e decretou luto oficial de três dias no estado. "Seu

legado de luta pela justiça social, pelos direitos dos trabalhadores, pela educação, com a construção dos Cieps (Centros Integrados de Educação Pública), ação pioneira de escola em tempo integral, e pelo desenvolvimento do Rio Grande do Sul, seguirá como inspiração para todos nós", disse.

Estagiária sob a supervisão de Andrea Castro

José Varella/CB/D.A. Press



Gaúcho foi um dos fundadores do PDT ao lado de Leonel Brizola